



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência de Projetos Prioritários

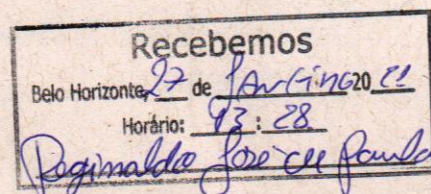
309/1996/220/2018
04/12//2020
Pág. 1 de 3

ANEXO DE CONDICIONANTE REFERENTE AO PARECER ÚNICO Nº 0560048/2020 APROVADO NA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS (CMI), REALIZADA NO DIA 14/01/2021. PROTOCOLO SIAM: 0023646/2021.

INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental	00309/1996/220/2018	Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO:	LO	VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos
PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
APEF	005622/2018	Analisaada neste Parecer Único
Reserva Legal	005622/2018	Analisaada neste Parecer Único
Outorga	Não se aplica	-
Licença de Instalação	00309/1996/161/2001	Deferida
EMPREENDEDOR:	Companhia Brasileira de Alumínio	CNPJ: 61.409.892/0009-20
EMPREENDIMENTO:	Companhia Brasileira de Alumínio.	CNPJ: 61.409.892/0009-20
MUNICÍPIO:	São Sebastião da Vargem Alegre, Rosário da Limeira e Muriaé	ZONA: Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICAS:	LAT/Y 21º 1'11.82"S	LONG/X 42º 32'59.41"O
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:		
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input type="checkbox"/> NÃO
NOME:	APA Rio Preto	
BACIA FEDERAL:	Rio Paraíba do Sul	BACIA ESTADUAL: Rios Pomba e Muriaé
UPGRH:	PS2	SUB-BACIA: Rio Preto
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE
A-02-01-1	Lavra a céu aberto- minerais metálicos, exceto minério de ferro	4
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:
Arbore Consultoria Ambiental Márcio Silveira Alves Jackson Leandro M. Gonçalves Joaquim Ribeiro Pires Junior Vitor Uchoa Batista		CRBio 57.937/04-D CRQ MG 022.003.580/D CRBio 76453/04D CREA MG 197497 D

De acordo:	Masp:	Assinatura:
Rodrigo Ribas - Superintendente de Projetos Prioritários	Masp: 1.220.634-8	

Obs.: Informamos que o ANEXO II - Programa de Automonitoramento da Licença de Operação e o ANEXO III - Autorização para Intervenção Ambiental permanecem inalterados.





ANEXO I

Condicionantes da Licença de Operação

Empreendedor: Companhia Brasileira de Alumínio Empreendimento: ANM 831.180/1980 CNPJ: 61.490.892/0009-20 Município: São Sebastião da Vargem Alegre, Rosário da Limeira e Muriaé Código DN 217/17: A-02-01-1 Responsabilidade pelos Estudos: Companhia Brasileira de Alumínio Referência: Licença Operação Processo: 309/1996/220/2018 Validade: 10 anos		
Condicionantes referentes à Licença de Instalação Corretiva concomitante com Licença de Operação		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo
1.	Apresentar relatório de realização de estocagem de solo de decapeamento e sua utilização em recuperação de áreas degradadas, acompanhado de ART do responsável técnico e fotos	Anualmente, enquanto durar a operação.
2.	Apresentar ao órgão ambiental Termo de Compromisso de Compensação de APP e espécies imunes de corte e ameaçadas, conforme este parecer único devidamente averbado, conforme exigência do art. 58 do Decreto Estadual 47749/2019.	360 (trezentos e sessenta) dias.
3.	Apresentar o CAR e demais documentos exigíveis na legislação ambiental vigente para instrução do requerimento de intervenção ambiental referentes aos imóveis dos seguintes proprietários: Nº 05 - Antônio Inácio de Souza e Outros; Nº 08 - Carlos Eduardo F. Feres, Nº 21 - Espólio de Lenir Pedrosa; Nº31 - Guinael, Nº44 - Juarez Silva Monteiro e outros, Nº51 - Marco Aurélio Luciano de Paiva e Outros, Nº59 - Valdemiro Gomes de Oliveira, Nº61 - Valdomiro Ferreira Braga, Nº62 - Valdomiro Ferreira Braga e outros. A intervenção ambiental nessas propriedades fica bloqueada até a apresentação dos documentos e manifestação do órgão ambiental	Anterior ao início da lavra nestas propriedades.
4.	Apresentar CAR retificado ou justificativa da inadequação da área apresentada no documento e a averbada das seguintes propriedades: nº 03 - Agostinho José Franco, nº 07 - Carlindo Lacerda de Souza e outro, nº25 - Espólio de Necelino Pinto da Silva, nº26 - Osvaldo Germano da Silva, nº 58 - Valdemir Coelho Alves e outra	Anterior ao início da lavra nestas propriedades.
5.	Apresentar um Programa de Resgate de Fauna a ser executado antes das intervenções em áreas antrópicas, como justificado neste parecer. OBS.: não iniciar as intervenções antes da aprovação desta condicionante.	90 (noventa) dias.



6.	Apresentar programa de resgate de plântulas executivo, conforme recomendações deste parecer. Este programa deverá ser aprovado pelo órgão ambiental antes de sua execução. OBS: não iniciar as intervenções antes da aprovação desta condicionante.	90 (noventa) dias.
7.	Apresentar Cópia dos registros dos imóveis matrizes e do imóvel receptor com a averbação dos respectivos Termos de Responsabilidade de Compromisso de Alteração de Reserva Legal. Até o cumprimento dessa condicionante fica vedada as intervenções nos corpos em que há pedido de relocação de reserva legal	360 (trezentos e sessenta) dias.
8.	Apresentar cópia do protocolo junto à Gerência de Compensação Ambiental - GCA da proposta de compensação minerária prevista no art. 75, §2º da Lei 20.922/2013.	Prazo alterado na 68ª RE da CMI do dia 14/01/2021: 180 (cento e oitenta) dias”.
9.	Apresentar relatório de movimentação e manutenção das estradas municipais utilizadas como transporte de ROM, informando a as condições de trafegabilidade para a comunidade.	Semestral.
10.	Apresentar relatório fotográfico comprovando a execução do PTRF referente à compensação por intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa. O acompanhamento não deverá ser inferior a 3 anos.	Anualmente, todo mês de março, durante toda a vigência da licença.
11.	Apresentar cadastro no IGAM das travessias nos corpos 13 e 14 e demais bueiros no projeto, conforme descrito nas informações complementares	Prazo alterado na 68ª RE da CMI do dia 14/01/2021: 60 (sessenta) dias.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado, conforme previsto no art. 31 do Decreto 47.383/2018.

** As comprovações das condicionantes da Licença de Operação deverão ser apresentadas a SUPRAM ZM.

Obs. Conforme parágrafo único do art. 29 do Decreto 47.383/2018, a prorrogação do prazo para o cumprimento de condicionante e a alteração de seu conteúdo serão decididas pela unidade responsável pela análise do licenciamento ambiental, desde que tal alteração não modifique o seu objeto, sendo a exclusão de condicionante decidida pelo órgão ou autoridade responsável pela concessão da licença, nos termos do disposto nos arts. 3º, 4º e 5º.

Obs.: Qualquer inconformidade ou modificação que ocorra anteriormente à entrega dos relatórios imediatamente informadas ao órgão ambiental.

